

Comunicado de Imprensa

Trabalhadores da ARM fazem Greve nos dias 23 e 24 de Abril !

Cumprindo a decisão do plenário geral de trabalhadores da Águas e Resíduos da Madeira (ARM) realizado no dia 20 de Março será realizada greve das 00:00 horas do dia 23 às 24:00 do dia 24 do corrente mês de Abril.

Na origem deste conflito está o bloqueio nas negociações do Acordo de Empresa (AE), por parte da administração da ARM.

A ARM resulta da fusão de cinco empresas públicas, embora geridas por uma administração comum, lamentavelmente as relações laborais eram distintas, existindo discriminações entre os direitos dos trabalhadores:

- Diferentes retribuições para o mesmo grupo funcional ou funções similares;
- Pagamento do trabalho suplementar por valores diferentes;
- Dias de férias diferentes;
- Subsídio de alimentação diferente;
- Regalias aplicadas apenas a determinadas áreas de negócio.

Cientes destas injustiças e discriminações, e pela falta de actualizações salariais para muitos trabalhadores há quase 10 anos, (à exceção do salário mínimo regional), no ano 2015 os trabalhadores apresentaram uma proposta de acordo de empresa (AE) á administração da ARM. O objetivo era, e continua a ser, a eliminação das discriminações e criar condições a que de modo gradual os vencimentos e direitos laborais na ARM se aproximem do praticado nas empresas de referência do mesmo sector em Portugal Continental. A continuidade territorial também deve existir nas relações laborais não pode ser bandeira nuns temas e tabu noutros.

A reivindicação da convergência dos salários na ARM para os praticados nas empresas de referência do setor a nível nacional, não é novidade no setor empresarial da Região Autónoma da Madeira. A exemplo a Empresa de Eletricidade da Madeira (EEM), empresa de relevante importância para a Região como também a ARM o é, tem como referência os salários praticados na EDP. O que os trabalhadores da ARM exigem é apenas um tratamento igual.

Numa fase da negociação onde a maioria das propostas da empresa foram aceites pela comissão negociadora sindical e quando se entrava para a negociação das propostas dos trabalhadores que tem por objectivo acabar com as discriminações existentes e a valorização dos trabalhadores, a administração, numa atitude de todo reprovável, optou por bloquear as negociações, não deixando alternativa aos trabalhadores senão a de lutarem pelas suas justas propostas, a que a administração e o Governo Regional têm todas as condições de dar resposta sem por em causa a viabilidade da empresa.

O Governo Regional, deve assumir as suas responsabilidades e decidir se pretende valorizar os trabalhadores da ARM e fazer refletir o aumento do tarifário nos seus salários, ou se, ao contrário disso pretende nivelar por baixo as condições de vida dos trabalhadores de uma Empresa, que tudo dão para manter a qualidade de um serviço público indispensável à população.

Assim as principais reivindicações dos trabalhadores da ARM são:

- Um Acordo de Empresa que valorize os trabalhadores;
- O aumento dos salários para todos os trabalhadores;
- A não desvalorização dos salários de entrada praticados na ex. Valor Ambiente no ano 2009;
- Extensão para todos os trabalhadores da ARM dos mínimos de função praticados em 2009 na ex. Valor Ambiente;
- A uniformização do subsídio de alimentação para todos os trabalhadores;
- Início de um processo de convergência dos direitos e salários, para os valores existentes nas empresas de referência do setor a nível nacional;
- Uma tabela salarial completa que contemple os mínimos de função e as respetivas progressões;
- Um descritivo de funções para cada profissão;
- Um programa de formação continua para os trabalhadores;
- A contratação de mais trabalhadores, de modo a cumprir com as normas de Segurança e Saúde no Trabalho.

Dado que os motivos que levam os trabalhadores a desenvolverem esta luta, também está intimamente ligado aos interesses das populações apelamos á sua intervenção cívica e solidária com a nossa luta, em defesa de um melhor serviço público numa área tão sensível no plano do tratamento, exploração e abastecimento de água e no plano ambiental e de saúde pública, lamentando os transtornos que esta greve possa vir causar à população do arquipélago da Madeira, responsabilizamos desde já a administração da empresa e o Governo Regional por esta situação.

Funchal 6 de Abril 2018

A Comissão Sindical